

FLÁVIA BRITO DO NASCIMENTO

Preservando a arquitetura do século XX: o Iphan entre práticas e conceitos

*Preserving architecture of the 20th century:
the Iphan between practices and concepts*

Flávia Brito do Nascimento Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (1996) e em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2004) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2011). Arquiteta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e professora de história da arquitetura e do patrimônio cultural da Escola da Cidade. flaviabn2010@gmail.com

Flávia Brito do Nascimento Graduated in History from Fluminense Federal University (1996) and in Architecture and Urbanism from the Federal University of Rio de Janeiro (2000), with a Master's Degree in Architecture and Urbanism from the University of São Paulo (2004) and a PhD in Architecture and Urbanism from the University of São Paulo (2011). Architect at the Historical and Artistic National Heritage Institute (IPHAN) and professor of architectural history and cultural heritage at Escola da Cidade. flaviabn2010@gmail.com

Resumo

Pretende-se, neste artigo, discutir os tombamentos do Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de bens culturais da arquitetura do século XX, os quais se dividem em dois grupos: o primeiro de 1947 até 1967, e o segundo de 1983 ao presente. Serão postos em perspectiva os posicionamentos teóricos nacionais da história da preservação, os processos seletivos e de atribuição de valor e suas vinculações com critérios estético-estilísticos estabelecidos pela narrativa arquitetônica. Discutiremos as práticas seletivas do Iphan, buscando nexos entre a história da arquitetura e de sua escrita ao longo de pouco mais de 70 anos da Instituição. O trabalho está fundamentado na análise dos processos de tombamento do Iphan de bens imóveis do século XX. Os quase quarenta processos estudados contam com pareceres técnicos, memorandos e atas de reunião, que levantam questões sobre a história da arquitetura e a dinâmica da atribuição de valor do patrimônio e seus enraizamentos nas práticas culturais e na escrita da história. A partir do cotejo com a historiografia da arquitetura e do patrimônio nacional, será possível discutir a relação dos tombamentos da arquitetura moderna com a história institucional, problematizando as balizas cronológicas consagradas e levantando novas interpretações.

Palavras-chave: Arquitetura moderna. Iphan. Preservação.

Abstract

The purpose of this article is to discuss decisions made by Iphan to declare different works from twentieth century Brazilian architecture as historic landmarks, dividing them into two groups: the first from 1947 to 1967, and the second from 1983 to the present. National theoretical perspectives on the history of preservation, processes for selecting and determining the value of works and their links with aesthetic and stylistic criteria established by the architectural narrative will be explored. We will discuss Iphan's selection practices, looking for connections between the history of architecture and the writing of that history throughout the little over 70 years of the Institution. The work is based on an analysis of Iphan's processes for registering cultural landmarks in the twentieth century. The nearly forty cases that were studied included technical opinions, memos and meeting minutes, which raise questions about the history of architecture and the dynamics for determining the value of historic landmarks and their being rooted in cultural practices and the writing of history. In comparing the historiography pertaining to architecture and national heritage, it will be possible to discuss the relationship between the listing of works from modern architecture and the history of the institution, posing questions about established chronological markers and raising new interpretations.

Keywords: Modern architecture. Iphan. Preservation.

Introdução

O patrimônio nacional e suas atribuições de valor estão imiscuídos na trama da arquitetura moderna, cujas práticas foram ditadas por parâmetros e visões de mundo do grupo que, com muita engenhosidade, talento profissional e político, logrou realizar seu projeto de arquitetura e urbanismo junto ao Estado.¹ Com Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde, os modernistas encontraram lugar no estado getulista e o Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com relação à área da educação, terá certa autonomia no âmbito das políticas gerais do período, funcionando como espaço privilegiado dos modernos.²

Em termos cronológicos e estilísticos, a grande maioria dos tombamentos do Iphan até os anos 70 recaiu sobre edificações e cidades do período colonial formando conjunto homogêneo. As exceções a esse grupo de tombamentos saltam aos olhos, sendo a mais evidente a das obras do movimento moderno. Algumas delas eram recém-construídas ou sequer estavam finalizadas à época da proteção jurídica. O que justificaria o tombamento de edificações tão recentes? Sob que argumentos foram protegidas tais obras?

Ainda que no Iphan os critérios artísticos tenham prevalecido sobre os históricos nos atos de valoração, na história do pensamento e das políticas patrimoniais, a combinação entre fatores históricos e artísticos foi sempre importante. Disso decorre a surpresa inicial com o ineditismo dos primeiros tombamentos de arquitetura moderna realizados no Brasil, cuja proteção jurídica atendeu aos objetivos dos arquitetos modernos que assumiram postos no órgão oficial de preservação, construíram as políticas e escreveram a história da arquitetura.

A arquitetura moderna brasileira enquanto patrimônio está diretamente envolvida nos posicionamentos teóricos nacionais da história da preservação. Os processos seletivos e de atribuição de valor são tributários das práticas patrimoniais, fundadas em critérios estético-estilísticos estabelecidos pela narrativa arquitetônica. A preservação do moderno edificado, desde os primeiros momentos do Iphan, foi guiada e respaldada pela história da arquitetura dita canônica, cuja afirmação assumiu sentido de batalha intelectual. O que interessou preservar está diretamente relacionado com a trama narrativa e com a versão da arquitetura nacional então construída.

Lucio Costa assumiu papel destacado no Iphan na qualidade de especialista em arquitetura colonial e protagonista do movimento moderno. De 1937 até 1972 foi Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET), e sua participação no

1. A união, a partir dos anos 30, entre as vanguardas e o Estado na realização do projeto de estado nacional é fenômeno que se verifica para além do Brasil. Em países como México e Argentina, o modernismo arquitetônico tornou-se instância privilegiada de representação estatal, ainda que arduamente conquistada. Adrián Gorelik, *Das vanguardas a Brasília*, pp. 26-29; Sobre as relações entre estado e arquitetura ver a clássica dissertação de mestrado de Carlos Martins, *Arquitetura e Estado no Brasil*, 1987.

2. Cecília Londres Fonseca, *O patrimônio em processo*, 1997, p.98.

Iphan excedeu os limites dos estudos e instruções de processos de tombamento, participando ativamente das atividades finalísticas da instituição.³ Costa será central à constituição do que Carlos Martins chamou de “trama narrativa” da arquitetura brasileira.

A arquitetura moderna e sua afirmação no campo cultural e arquitetônico adquiriu em 1930 status de batalha durante a passagem de Costa pela direção da ENBA – Escola Nacional de Belas Artes, à qual se seguiu a contenda com José Marianno Filho. A partir daí, passos substanciais foram dados em favor da consolidação do grupo moderno, com protagonismo “costiano” na prancheta e nas letras.⁴ A tomada de lugar no campo do patrimônio histórico e artístico nacional será grande fronteira conquistada pelos arquitetos modernos, conquista esta inseparável da valoração pelos próprios da arquitetura moderna.

Os primeiros tombamentos, a historiografia e a consagração do edifício do MES – 1946 a 1967

Se nas ações do Iphan existe íntima relação entre a arquitetura que se considerou relevante de salvaguarda e a escrita da história dessa mesma arquitetura, na proteção da arquitetura moderna tais relações tornaram-se operativas. Os arquitetos modernos lançaram mão do tombamento como recurso de afirmação da arquitetura defendida como garantia da materialidade e prova de originalidade não só às gerações futuras, mas às ameaças do presente. Os tombamentos eram a prova final da vitória.

Nos primeiros tombamentos do Iphan de bens imóveis do movimento moderno, a relação com a história da arquitetura foi pragmática. Preponderaram as inscrições de edificações de autoria de personagens indispensáveis à trama narrativa que estavam ameaçadas de inconclusão ou mutilação, garantindo-se sua permanência como provas materiais do moderno nacional. A justificativa para o reconhecimento precoce adivinha do fato de tais obras já serem monumentos que se destinariam a ser inscritos, “mais cedo ou mais tarde, nos Livros do Tombo”, como declarou Lucio Costa ao defender a proteção à Igreja de Pampulha.

A proteção jurídica do Ministério da Educação e Saúde (MES), o segundo dos edifícios modernos a ser tombado em 1948 e o primeiro a ter o pedido formalizado em 1946, não esteve ameaçado de demolição ou incompletude. O perigo que pairava sobre ele era ainda mais ameaçador: os inimigos ideológicos. Os inimigos do movimento moderno eram aqueles que veementemente combate-

3. José Pessoa, “Introdução: o que convém preservar”, 1999, p.11.

4. Ver Otávio Leonídio, *Op. Cit.*, 2007, Capítulo 2.

ram a tomada de posição do grupo junto ao Ministério da Educação e Saúde e que persistiam na luta, aos quais se somaram novos interlocutores que questionariam a escrita da história a partir de então. Lucio Costa celebrou o feito do MES com as armas de outro local por ele também conquistado, o “Patrimônio”, campo da constituição da memória nacional.

O tombamento do MES atribuía valor ao milagre da arquitetura brasileira. O edifício era o marco fundante daquilo que Lucio Costa afirmou como a verdadeira arquitetura nacional, genuína na adaptação das experiências internacionais pelos arquitetos locais, às expressões nacionais.

Martins interpreta que a história inaugurada pelo livro e exposição homônima “Brazil Builds”, para além de detonar uma onda internacional de divulgação da arquitetura moderna nacional, estruturou a ideia de indissociabilidade entre originalidade da arquitetura brasileira e de sua identificação com a articulação entre modernidade e tradição, sustentado pela necessidade de afirmação ideológica do aparato estatal varguista.⁵ Na produção do livro *Brazil Builds*, o Iphan terá atuação fundamental. O Lucio Costa funcionário do Iphan e o Lucio Costa aguerrido arquiteto moderno entrarão em cena ao mesmo tempo e terão, no livro, a veiculação de um só projeto.

A proposta de tombamento era um dos gestos de comemoração do grupo moderno pelo grande feito da arquitetura nacional e visava a consolidação do que se entendeu como a vitória do moderno no Brasil. Otávio Leonídio conta que a 3 de outubro de 1945, dia da inauguração do edifício, Costa escreveu uma carta ao Ministro Gustavo Capanema, que foi o embrião do texto “Depoimento de um arquiteto carioca”, publicado em 1951, nada mais que o princípio da sistematização da história da arquitetura brasileira. O texto era passo importante na consolidação da arquitetura que tanto se empenhara para florescer, principalmente porque a transformava em memória.⁶ Na carta de exaltação aos eventos em torno do MES, o arquiteto entenderá o Ministério como o edifício-chave, monumento nacional: “(...) o marco definitivo da nova arquitetura brasileira (...)”⁷.

O tombamento corroborou como monumento histórico e artístico nacional o edifício que a historiografia já havia elegido como tal. O pedido de proteção do Ministério encaminhado em março de 1948 pelo arquiteto Alcides Rocha Miranda era justificado pelo fato de “tratar-se da primeira edificação monumental, destinada a sede de serviços públicos, planejada e executada no mundo em estrita obediência aos princípios da moderna arquitetura”⁸.

A proposta de proteção da Igreja de São Francisco de Assis na Pampulha, feita em outubro de 1947, demonstra a convicção do papel crucial de Niemeyer na

5. Idem.

6. Otávio Leonídio, *Op. Cit.*, 2007, pp. 288-290.

7. Lucio Costa. “Depoimento de um arquiteto carioca, 1951” In *Registro de uma vivência*, 1997, p. 194

8. Memorando de Alcides da Rocha Miranda ao Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos Lucio Costa. 8.3.1948.

arquitetura nacional. Dessa vez, o próprio Lucio Costa, Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do Iphan, assinou o pedido encaminhado a Rodrigo Melo Franco de Andrade.

A Igreja de São Francisco de Assis ficou pronta em 1944, já exaltada pela crítica nacional e internacional como ícone. O conjunto da Pampulha marcou o início de nova fase na produção de Oscar Niemeyer, referida pelo próprio como o princípio efetivo daquilo que caracterizaria o corpo de sua obra, cujas peculiaridades tinham sido anteriormente apenas esboçadas.⁹

O pedido de tombamento foi motivado pela resistência de setores da igreja mineira de consagrarem o edifício, associado ao socialismo do autor do projeto.¹⁰ Pronta desde 1944, permanecia fechada até a ocasião da proposta de proteção, segundo Costa, sendo saqueada e seus elementos constitutivos como altar, bancos e a via sacra retirados para outras igrejas. O estado de incompletude da igreja a destituía da possibilidade de ser a prova material da história da arquitetura que se tecia. Se pronta e utilizada como templo abrihantava a arquitetura nacional, inacabada ou descaracterizada, ameaçava a força dos argumentos tão arduamente defendidos em favor da nova expressão. Costa envidou esforços pessoais na proteção à Igreja de São Francisco de Assis, cuja proposição foi prontamente aceita pelo diretor do Iphan. Transcorreu-se menos de um mês entre o pedido de “tombamento preventivo” e a notificação ao Prefeito de Belo Horizonte da decisão do tombamento, agilidade da certeza dos significados da obra como patrimônio artístico nacional.¹¹

A engenhosa ideia de tombamento preventivo solucionava o eventual desconforto com a proposta de proteção jurídica de algo que pouco existia como tal, ou daquilo que estava fadado à “ruína precoce”. A motivação do tombamento partia dos discursos já mobilizados no Iphan em favor da proteção de bens imóveis de épocas mais pregressas, que era a importância do “salvamento” de algo excepcional em sério risco de desaparecimento.

A ameaça da perda ou a nostalgia de algo que não existe mais em sua integridade foi comum às políticas de patrimônio nas sociedades modernas nacionais, encontradas nas narrativas da preservação histórica em diferentes contextos. José Reginaldo Gonçalves, naquilo que chamou de retórica da perda, argumenta que as justificativas de proteção ao patrimônio se construíram face à situação de destruição ou desaparecimento eminente.¹²

O risco de se perder algo genuíno, original, atribuído como patrimônio nacional, mobilizava os intelectuais do Iphan. Esse sentimento heroico de guardar algo sem proteção e profundamente ameaçado é, portanto, comum aos proces-

9. Danilo Matoso Macedo, *Da matéria à invenção*, 2008, p.165.

10. José Pessoa, “Cedo ou tarde serão consideradas obras de arte”, 2006.

11. Memorando de Lucio Costa, Diretor da DET ao Diretor Geral Rodrigo Melo Franco de Andrade, 8.10.1947.

12. José Reginaldo Gonçalves, *A retórica da perda*, 2002.

sos de salvaguarda de obras do colonial e do movimento moderno. Se as mais antigas já estavam “quase” sem salvação (sendo alvo de obras de restauração de volta ao estado presumivelmente autêntico)¹³, deveria se evitar que as obras de arte produzidas na contemporaneidade tivessem o mesmo destino. Este é um dos argumentos lançados por Lucio Costa na justificativa de tombamento da Igreja da Pampulha: “(...) seria criminoso vê-lo arruinar-se por falta de medidas oportunas de preservação, para se haver de intervir mais tarde no sentido de uma restauração difícil e onerosa (...)”¹⁴.

Três dos quatro tombamentos que se seguiram ao da Igreja da Pampulha foram guiados por essa mesma lógica nostálgica de perda. A Estação de Hidroaviões, a Catedral de Brasília e o Parque do Flamengo, todas tombadas durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, e estiveram, por razões diversas, sob o risco de destruição e incompletude.

O Catetinho foge a essa regra. Foi a primeira construção de Brasília, projeto de Oscar Niemeyer para residência de Juscelino Kubitschek quando estivesse na cidade inspecionando as obras da nova Capital. O pedido partiu da presidência da república em 1959, e visava marcar o início do grande feito que era a cidade planejada de Brasília. O tombamento fundamentava-se não exatamente na arquitetura, embora fosse de Niemeyer, mas nas razões históricas, entrando no quadro das “casas históricas”, ou residências de personalidades ilustres do país.¹⁵ Chama a atenção o fato de que dentre as proteções de bens do século XX, desse primeiro momento, essa é a única obra a ser inscrita exclusivamente no Livro de Tombo Histórico; todas as demais foram inscritas no Livro das Belas Artes.¹⁶

Era por serem obras de arte, herdeiras da “boa tradição” construtiva brasileira, que mereciam os esforços em prol de sua manutenção física. A Estação de Hidroaviões no Rio de Janeiro foi a terceira da série de proteções ao moderno, antecedendo o pedido do Catetinho. Em dezembro de 1956, Rodrigo Melo Franco de Andrade informou ao Diretor do Serviço do Patrimônio da União a decisão do tombamento do edifício, com o fim de notificar o proprietário.

O pedido de proteção partira de Lucio Costa diante da ameaça de demolição do edifício para a construção do elevador da perimetral, que se iniciava naquele ponto, numa das pontas do Aterro do Flamengo, contornando toda a orla marítima do centro do Rio de Janeiro, passando junto ao porto e terminando na Avenida Brasil. A Estação de Hidros já estava desativada desde a década de 1950

13. Sobre a prática de restauração do Iphan, ver as teses de doutorado de Antônio Luiz Dias de Andrade, *Um estado completo que jamais pode ter existido*, 1993; de Cláudia dos Reis e Cunha, *Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan*, 2010 e de Cristiane Gonçalves, *Restauração arquitetônica*, 2010.

14. Memorando de Lucio Costa, Diretor da DET ao Diretor Geral Rodrigo Melo Franco de Andrade, 8.10.1947.

15. Parecer de tombamento Catetinho, Apud José Pessôa, Op. Cit., 2006, p.160.

16. O processo de tombamento encontra-se desaparecido do Arquivo Central do Iphan, não tendo sido possível analisar sua documentação. Deste modo, não procedemos o estudo das suas atribuições de valor diante da ausência das fontes primárias. As informações utilizadas foram de José Pessôa, Op. Cit., 2006.

e a notícia de sua descaracterização ou mutilação levou o Instituto de Arquitetos do Brasil a mobilizar-se para impedi-lo, propondo-se, inclusive, de utilizar o edifício como sede.¹⁷

FIGURA 1

Estação de Hidroaviões e a Avenida Perimetral em construção, Rio de Janeiro.

Fonte: Iphan, Processo de tombamento n. 0552-T-56, Antiga Estação de Hidroaviões



A manutenção física da Estação de Hidros, a partir da contundente atuação do Iphan, significava a possibilidade de perpetuação material da arquitetura moderna brasileira que a esta altura, em meados dos anos 50, já estava consolidada. Paulo Santos, arquiteto, professor da Faculdade Nacional de Arquitetura e conselheiro do Iphan, em resposta à impugnação do tombamento feita pelo proprietário do terreno, o Ministério da Aeronáutica, afirma que a perimetral não retirara do edifício suas características intrínsecas e dá parecer favorável à proteção federal.

Os anos 60: despontam novos desafios ao patrimônio cultural

Passaram-se cinco anos até que novo pedido de tombamento de obra moderna chegasse ao Iphan. Os deputados federais Jonas Bahiense, Pereira da Silva e outros, havendo-se com as dificuldades de conclusão da catedral da recém-inaugurada capital, elaboram projeto de lei no qual propõem o reconhecimento da Catedral de Brasília como Monumento Nacional. Solicitam a proteção legal, vendo nela a possibilidade de angariar recursos para o término das obras. Lucio Costa nega o pedido.¹⁸

17. O prédio foi fruto de concurso público (na mesma época do concurso para o Terminal de Passageiros do Santos Dumont de autoria dos Irmãos Roberto), vencido pela equipe de Atílio Correia Lima com a colaboração de Renato Soeiro, Jorge Ferreira, Renato Mesquita e Tomás Estrela. Construído entre 1937 e 1938, entre os primeiros edifícios públicos em que se utilizou a linguagem do movimento moderno, como a estrutura livre de concreto armado, grandes panos de vidro, pilotis e marquises em balanço. Para Bruand, as propostas vencedoras de Atílio Correia Lima para a Estação de Hidroaviões e as dos Roberto para a sede da ABI e para o Aeroporto de Santos Dumont eram a "prova evidente de que, repentinamente, algo havia mudado". Yves Bruand, *Arquitetura contemporânea no Brasil*, 1981, p.103.

18. Parecer "Catedral de Brasília" por Lucio Costa em 8.5.1962.

Surpreende a negação de Costa sob o argumento da impossibilidade de juízo de valor a algo inconcluso. Afinal, tratava-se de obra de Niemeyer na capital por ele projetada. Embora nos tombamentos anteriores da arquitetura moderna as obras estivessem, a rigor, concluídas, todas elas eram muito recentes e algumas não estavam sendo utilizadas, como a Igreja da Pampulha. O parecer do arquiteto aponta para outras possíveis causas da negativa. A primeira delas é o artifício do pedido estar atrelado ao levantamento de dinheiro para a conclusão da obra, o que é denominado de “aberração”. A segunda relaciona-se aos procedimentos administrativos do Iphan e à defesa da sua autonomia quanto à eleição dos bens nacionais e ao instituto do tombamento frente às propostas de patrimônio vindas do poder legislativo por meio de projetos de lei, diante da convicção de que a preservação requer procedimentos administrativos e executivos.

O diretor do Iphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade, reforça o parecer de Lucio Costa, apontando os impedimentos do tombamento para a conclusão da Catedral, no qual afirma a existência de “numerosas edificações monumentais de autoria de Oscar Niemeyer”, o que aponta para a “vitória” do moderno no início dos anos 60. O movimento moderno estava já consolidado naquele momento e seus protagonistas reproduzindo-o como linguagem hegemônica apropriada pelas novas gerações. A legitimação pelo tombamento não parecia ser mais recurso necessário ou importante para sua afirmação. Afinal, construir a Capital do País com o urbanismo moderno, repleta de edificações de Oscar Niemeyer, não era pouca coisa.

Não obstante não pairarem mais ameaças de destruição ou mutilação sobre as obras, Rodrigo Melo Franco de Andrade considerou à época que havia conveniência no pedido de tombamento, sendo o problema de ordem da seleção e não da valoração. Como justificar a proteção de uma única obra dentre outras tão importantes como a sede do Congresso Nacional e os Palácios do Planalto, da Alvorada e do Supremo Tribunal Federal, como de fato fará o Iphan mais de quarenta anos depois?¹⁹

Em 1967, o prefeito de Brasília Wadjo Gomide apresentou novo pedido de tombamento que dessa vez foi aceito por Lucio Costa e reiterado pelo diretor substituto Renato Soeiro. A Catedral é tombada preventivamente em 1967 diante da “conjugação de propósitos” digna do “espírito de Brasília”.²⁰

Renato Soeiro, como diretor substituto do Iphan, assina o despacho do processo e indica a transcendência dos valores materiais do moderno ao afirmar que a silhueta da inacabada Catedral de Brasília já teria se tornado parte definitiva da paisagem urbana da Capital. A aceitação do pedido de tombamento da Catedral é justificada explicitamente pela prerrogativa da proteção por lei da obra inacabada do Parque do Flamengo, realizada em 1965, dois anos antes. A essa parece somar-se a da paisagem urbana como valor de patrimônio.

19. Ofício n.1032 de 20.8.1962 de Rodrigo Melo Franco de Andrade à Assessora Parlamentar Sylvia Bastos Tigre.

20. Parecer tombamento preventivo da “Catedral de Brasília” por Lucio Costa, s/d.

A proposta de tombamento do Parque partiu do Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, articulada por Lota Macedo Soares, responsável pelas suas obras. A intenção de proteção ao Aterro fora motivada por temor que a “ganância” da especulação imobiliária ou a incompreensão de gestões futuras o destruíssem. A proteção preventiva era algo já conhecido e testado pelo Iphan, mas a justificativa para o ato administrativo era nova. Entram em cena novos fatores que acompanharão o campo da gestão de bens culturais até o presente. O poderio econômico e a especulação imobiliária se faziam sentir nos anos 60, quando o fenômeno da urbanização crescente era realidade com a transformação do país rural em urbano. O argumento da possível destruição de grande área livre conquistada ao mar destinada ao lazer da população baseava-se na luta ideológica travada à época do projeto para o aterro, quando se intencionava ocupar toda a área com autopistas, não deixando espaço para o parque.

O pedido recaía sobre a paisagem construída e não particularmente sobre as edificações, embora essas tenham sido de pronto lembradas no primeiro parecer dado sobre o assunto de autoria de Paulo Thedim Barreto, chefe da Seção de Arte. Thedim foi favorável ao tombamento, ao qual se seguiu o “de acordo” de Lucio Costa, Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos.²¹

A ênfase na paisagem é reafirmada pelo diretor do Iphan, inclusive como justificativa para a inclusão dos incompletos bens edificados de autoria de Affonso Eduardo Reidy lembrados por Thedim. Como o pedido visava à manutenção do parque no seu conjunto, e não exclusivamente as edificações, não haveria impedimentos para que tal acontecesse. Embora inconcluso, o Parque do Flamengo estava prestes a ser inaugurado. O conselheiro Paulo Santos é contundente ao opinar favoravelmente ao tombamento, o único capaz de preservar seus valores. É ele quem nomina os autores do projeto para o Aterro, lembrando a parceria de Reidy e de Burle Marx na criação de algo de grande beleza e orgulho para a cidade do Rio de Janeiro. Vincula-o, portanto, aos grandes criadores do movimento moderno brasileiro.²²

Mesmo que o pedido feito por Lota e Lacerda focasse no aspecto urbano e paisagístico sem fazer referência ao moderno ou aos autores do projeto, o conselheiro Paulo Santos dá o nível da obra artística em questão, cujos valores paisagísticos ganhavam importância por serem expressões do urbanismo e da arquitetura moderna.

A evocação dos valores paisagísticos no tombamento destes dois últimos bens modernos apontam para a transmutação dos argumentos de proteção ao patrimônio nos anos 60. Não obstante Brasília ser considerada inflexão importante nos “rumos” da arquitetura, sendo o marco cronológico para o início de novas expressões arquitetônicas, os anos 60 serão ainda de muitos louros e realizações para o movimento moderno brasileiro, com a execução de obras de grande

21. Processo de tombamento do Parque do Flamengo, n. 0748-T-64.

22. Idem.

envergadura como, por exemplo, o Palácio do Itamaraty de Niemeyer. No campo do patrimônio cultural, embora até 1967 prossiga a gestão de Dr. Rodrigo ou a “fase heroica” (1937 a 1967) que coincide com a datação do primeiro conjunto de tombamentos da arquitetura moderna feitos pelo Iphan, mudanças nas práticas institucionais são perceptíveis, ainda que sutis. As permanências e mudanças na arquitetura nacional e nas práticas patrimoniais aparecem, em alguma medida, na sequência administrativa dos processos dos anos 60, principalmente no tombamento do Parque do Flamengo.

No primeiro momento, os tombamentos federais de bens imóveis modernos são guiados pela assertiva da arquitetura considerada verdadeira e na busca por sua consagração por meio da articulação entre historiografia e proteção jurídica, utilizada nos casos considerados extremos de perda eminente. Como nos demais processos da instituição deste período, os reconhecimentos partiram dos técnicos e não escondem a clareza de propósitos para com a salvaguarda dos exemplares mais importantes do momento contemporâneo. Ministério da Educação e Saúde, Igreja de São Francisco de Assis e Estação de Hidroaviões foram declaradas patrimônio nacional em razão de seus valores artísticos excepcionais, assim eleitos pelo grupo. Se no Ministério a intenção era a comemoração do feito da arquitetura nacional, na igreja e na estação utilizava-se o recurso jurídico para a manutenção das realizações importantes do moderno ameaçadas de descaracterização.

Por serem tão recentes à época do tombamento e suas argumentações estarem tão intimamente ligadas à afirmação do projeto de arquitetura em curso, tais ações de salvaguarda são exemplos didáticos dos processos que envolvem a atribuição de valor no patrimônio cultural. Demonstram como são projetos socialmente construídos e atendem a propósitos particulares, no caso brasileiro daqueles anos, de construção da nacionalidade. A materialização da nação por meio da arquitetura perpassou as ações da cultura do Estado Novo e prosseguiu nos anos seguintes, quando os saberes técnicos ainda ditavam a eleição do patrimônio da nação.

A partir do Catetinho, em 1959, os pedidos de proteção de edificações modernas chegam ao Iphan assinados por prefeitos ou governadores interessados na continuidade física e simbólica do seu legado político. Encontram a instituição ensimesmada, com práticas rotineiras, e pouco afeita às sugestões ao patrimônio nacional, uma tarefa que afinal, por décadas, coube exclusivamente aos técnicos, não obstante o “tombamento voluntário” estar previsto no decreto-lei n. 25, como lembrou o diretor ao Iphan ao Conselho Consultivo, diante do inusitado. Como o Catetinho, a Catedral de Brasília e o Aterro do Flamengo eram também expressões do moderno nacional com características de excepcionalidade ou de monumentalidade e encontraram guarida no Iphan. O que parece ser mais importante é que sua relevância como tal é argumentada por agentes de fora da instituição, ou, ao menos, não por protagonistas e autores das obras. Leigos e eruditos legitimam as obras ao pedirem e assentirem com a necessidade dos

tombamentos. Ou seja, os valores do moderno já estavam consagrados.

Paulo Santos, em seu parecer sobre o Aterro do Flamengo, nos dá dimensão do lastro do moderno e do processo de construção de sua memória nos anos 60 que se evidenciará nas décadas seguintes. A aceitação para o tombamento de objeto inusitado e a argumentação em favor da paisagem são indícios das novidades, mas a justificativa do tombamento pela natureza grandiosa e excepcional da obra de Affonso Eduardo Reidy e Burle Marx cristaliza as práticas.²³

Novos tombamentos e a sacralização do moderno – anos 70 e 80

Se os objetos e problemas patrimoniais começam a mudar, os valores da arquitetura moderna exaltada na condição de patrimônio nacional serão corroborados pelos processos de enraizamento do movimento conscientemente efetuados nos anos 40 e 50, dos quais as ações do Iphan fazem parte. A emergência de novas expressões arquitetônicas nos anos 80 e os questionamentos dos “rumos” da arquitetura brasileira estarão constantemente acompanhados das lembranças e realizações dos modernos, agora exaltados como mestres. Monumentalidade e excepcionalidade serão frequentemente listados nos atributos das obras modernas que serão objeto de patrimonialização nos anos seguintes, sobretudo a partir dos anos 80, sendo justificativa e justificando o conquistado lugar de memória.

O processo da Casa Modernista em São Paulo é muito eloquente. A argumentação arquitetônica é levada ao ponto de o ato não se restringir apenas à “pioneira” casa da Vila Mariana (conforme “opinião do arquiteto Lucio Costa”), mas incluir outras duas residências de arquiteto, as casas da Rua Bahia e da Rua Itápolis, que representavam o conjunto da obra de Warchavchik, ou, arriscando dizer, a “evolução” da obra. O parecer do coordenador do Iphan em São Paulo, Antônio Luís Dias de Andrade, em resposta ao pedido da comunidade de proteção da casa à Rua Santa Cruz, desviava e focava a valoração na arquitetura, articulando interpretações de professores da FAU-USP sobre a pioneira casa.²⁴ Artigas, que trabalhara com o arquiteto, posteriormente passou a criticar a casa pelas “dissimulações construtivas”, a mais óbvia a da platibanda escondendo o telhado onde deveria haver uma laje. Nas outras casas de Warchavchik, as mudanças tecnológicas permitiram o uso da “verdadeira arquitetura moderna”²⁵.

23. Processo de tombamento do Parque do Flamengo, n. 0748-T-64.

24. Iphan, Processo de tombamento n. 1121-T-84, Casa Modernista de Warchavchik na Rua Santa Cruz.

25. Pedro Arantes, Op. Cit., 2004, pp.13-14.

FIGURA 2

Folder com o pedido da comunidade de manutenção da Casa Modernista.

Fonte: Iphan, Processo de tombamento n. 1121-T-84, Casa Modernista de Warchavchik na Rua Santa Cruz.



que a casa de Warchavchik era discrepante com o discurso do arquiteto foi repetida por vários historiadores como Lemos e Bruand. Construída com alvenaria de tijolos, piso de tijolos sobre vigas de madeira e platibanda escondendo a cobertura em telhas de barro, para Bruand, a casa traía os cinco pontos da arquitetura de Le Corbusier, por isso não era verdadeiramente moderna.²⁶ As argumentações do Iphan pelo tombamento das três casas refletiam esta interpretação historiográfica.

A defesa do tombamento do conjunto das três casas foi feita por Dora Alcântara e pelo conselheiro-relator Eduardo Kneese de Mello junto ao reticente Conselho Consultivo, duvidoso da sua real necessidade. Alguns de seus membros acreditavam ser mais eficaz concentrar-se em apenas um exemplar para não desgastar o ato administrativo. Para a professora Dora, concordando com a opinião de Antônio Andrade e com os estudos do arquiteto Luís Fernando Franco, as casas formavam uma pequena série preciosa, “panorama ‘quase didático’, extremamente valioso para a historiografia da arquitetura brasileira”²⁷.

A fé de que o tombamento perpetuaria o tempo, evocando os valores da historiografia da arquitetura brasileira, provava as relações entre preservação e escrita da história, tecido pelo Iphan desde o tombamento do Ministério da Educação e Saúde.

O tombamento das casas de Warchavchik insere-se na retomada dos estudos da arquitetura moderna pelo Iphan nos anos 80. Vários pedidos chegam ao Iphan e são abertos processos, o que, de pronto, transparece a mudança do perfil de atuação nos “tempos de abertura” mais permeável às demandas da sociedade. Também são abertos processos pelos técnicos da instituição, mostrando o intrínseco envolvimento com seus personagens, como foram o Parque Hotel São Clemente e o Parque Guinle, de 1984, pedidos pela Diretoria Regional do Iphan, no Rio de Janeiro.

Os processos do Parque Guinle e do Parque Hotel São Clemente são inicialmen-

26. José Lira, *Warchavchik: fraturas da vanguarda*, 2011, pp. 149, 151.

27. Iphan, *Processo de tombamento n. 1121-T-84, Casa modernista de Warchavchik na Rua Santa Cruz*.

te negados em análise do arquiteto Edgar Jacintho, questionando a validade do tombamento de bens culturais contemporâneos, juízo que poderia ser feito “com mais acerto pelas gerações futuras”. Sugere o equacionamento do problema por meio da criação de novo instituto jurídico do tombamento “ad referendum” com o prazo de carência correspondente a uma geração, quando seria melhor analisado.²⁸ O pedido é então estudado por Antônio Pedro de Alcântara, que não duvida dos valores das obras de Lucio Costa, e lembra profunda ligação do arquiteto com o Iphan.²⁹

Pedro Alcântara não só concorda com a pertinência do tombamento das obras, fundamentando-se em Leonardo Benévolo e Yves Bruand, como sugere a criação de uma linha de trabalho no Iphan sobre Lucio Costa. A inovação legislativa de Jacintho é rechaçada pela arquiteta Dora Alcântara veementemente favorável ao tombamento, diante do inquestionável papel de Lucio Costa na história da arquitetura brasileira, e, portanto, inquestionável reconhecimento de “elementos significativos de sua obra como patrimônio nacional”. Para a arquiteta, a dificuldade que havia no trato das obras modernas não era sua historicidade, mas a grande quantidade de obras de interesse, o que exigiria responder com critérios rigorosos.³⁰

Tanto Dora Alcântara quanto o conselheiro Kneese de Mello foram firmes quanto ao valor histórico das obras de Lucio Costa, desprendendo-se do significado meramente arquitetônico. Para o arquiteto que vinha discutindo o tema da valoração e historicidade da arquitetura moderna no Condephaat (Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) não havia questionamentos quanto ao sentido “eterno e irreversível” do Parque Guinle e do Hotel de Friburgo. O arquiteto Kneese de Mello foi conselheiro responsável pelos pareceres da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), das casas de Warchavchik, das obras de Lucio Costa e de Brasília, todos favoráveis. Mostrou-se emocionado e pessoalmente envolvido com a causa, exaltando o feito dos colegas e a arquitetura nacional. A história canônica transparece nos pareceres e nas citações a Le Corbusier, Yves Bruand, Lucio Costa e plêiade de realizações do grupo.³¹

Augusto da Silva Telles é direto quanto ao tombamento das obras de Lucio Costa: não cabiam hesitações, afinal, o Iphan já fazia há tempos tombamentos de obras modernas.³² As práticas dos fundadores quanto à arquitetura moderna eram reiteradas nos anos 80, acrescidas do sentido histórico que se pressentia. Por seu valor inegável para a nação, dentro da lógica da narrativa historiográfica consagrada, estando ameaçadas ou não de descaracterização, as obras moder-

28. Iphan, Processo de tombamento n. 1110-T-84, Conjunto Residencial do Parque Guinle. Iphan, Processo de tombamento n. 1109-T-84, Hotel do Parque São Clemente, Nova Friburgo-RJ.

29. Iphan, Processo de tombamento n. 1110-T-84, Conjunto Residencial do Parque Guinle.

30. Idem.

31. Iphan, Processo de tombamento n. 1100-T-83, Associação Brasileira de Imprensa.

32. Iphan, Processo de tombamento n. 1110-T-84, Conjunto Residencial do Parque Guinle.

nas entraram para os livros do tombo.

Nos anos 90, o tema da arquitetura moderna se institucionaliza no Iphan. Em 1994, a Superintendência Regional de São Paulo propõe o Inventário da Arquitetura Moderna, associando-se ao Condephaat para a instrução do pedido de tombamento de 11 obras do arquiteto Rino Levi e ao Docomomo para o estudo da arquitetura paulista no estado de São Paulo.³³ Nesta década, a criação do Docomomo-Brasil, em 1992, sediado na Universidade Federal da Bahia, e o progressivo interesse pelo modernismo, ganharam visibilidade nacional com a realização do Seminário Internacional em Brasília, estabelecendo-se redes que não pararam de se multiplicar após os anos 2000.³⁴

O interesse acadêmico gerou inúmeros trabalhos monográficos sobre arquitetos, instituições, edifícios e personagens, mostrando o feixe de concretizações da arquitetura brasileira no século XX. Tantos foram os trabalhos fundamentados na ideia do revisionismo crítico da historiografia da arquitetura brasileira que, como destacou Carlos Martins, passaram tantos anos de referência, ele corre o risco, inclusive, de tornar-se um chavão.³⁵

Durante a gestão de Glauco Campello como presidente do Iphan (1994 a 1998), formou-se grupo de trabalho presidido por Cecília Rodrigues dos Santos (coordenadora regional do Iphan, em São Paulo) encarregado de pesquisar a obra de Oscar Niemeyer. Diante da vastidão da sua obra em todo território nacional, o arrolamento inicial deu-se com a ajuda da Fundação Oscar Niemeyer e do Docomomo, arrolando-se inúmeros edifícios diversos, optando-se pelo estudo progressivo sem prazos determinados de conclusão. Como resultado dos trabalhos, foram abertos os processos de tombamento do Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), em São José dos Campos-SP e do Parque do Ibirapuera, em São Paulo.

A consagração da obra de Niemeyer é fato no Iphan desde suas origens nos tombamentos da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade. E perpetuou-se deste modo nos atos administrativos que se seguiram, exaltando o gênio nacional e a excepcionalidade de suas obras, cujo ato mais elucidativo é o tomba-

33. Antônio Luiz Dias de Andrade e Cecília Rodrigues dos Santos, "Inventário da arquitetura moderna", 1998. O Iphan, todavia, não realizou tombamentos da obra de Rino Levi. O processo de instrução de tombamento pelo Condephaat foi concluído em 2010 e traz documentação consistente sobre a obra do arquiteto, propondo o reconhecimento oficial do Cine Ipiranga e remanescentes do Cultura Artística; Hotel Excelsior, IAB, Sede do Sedes Sapientie, Centro Cívico de Santo André, Antigo Banco Sudamericano, Residência Castor Delgado, Casa Olivo Gomes em São José dos Campos, Casa Olivo Gomes em Ubatuba e Edifício Residencial Prudência.

34. O 1º e o 2º Seminários nacionais foram organizados pela Universidade Federal da Bahia (1995, 1997), o 3º pela Fundação Bienal de São Paulo (1999), o 4º pela Universidade Federal de Viçosa (2001), o 5º pela Universidade de São Paulo/Campus São Carlos (2003), o 6º pela Universidade Federal Fluminense (2005), a 7ª edição, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007), o 8º pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009) e o 9º Seminário DOCOMOMO Brasil pela Universidade de Brasília. Já foram realizados vários seminários regionais organizados pela Universidade de Taubaté (2002), Centro Universitário Belas Artes (2004) e Universidade Presbiteriana Mackenzie (2005), Universidade Católica de Pernambuco/Universidade Federal do Pernambuco (2006 e 2008), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2006) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006, 2008 e 2010), Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008) e Universidade Federal da Paraíba (2010).

35. "Trama historiográfica e objeto moderno. Entrevista com Carlos Alberto Ferreira Martins, por Julyane Poltronieri e Maira Issa", *Desígnio*, n. 11/12, mar. 2011, p. 169.

mento, em 2007, de 24 obras do arquiteto em comemoração ao seu aniversário de 100 anos. A seleção das obras a serem tombadas iniciou-se a partir de listagem elaborada pelo próprio autor. A opção pelos aspectos estético-estilísticos das edificações de Niemeyer evidencia-se no tombamento do Ibirapuera que exclui o parque, tratado como entorno. A separação entre cidade e obra, entre parque e edifícios monumentaliza as construções e as desassocia de sua história, além de não incluir os jardins, lugar de memória da cidade de São Paulo.³⁶

O incômodo com a atenção exclusiva aos grandes personagens e obras do modernismo foi externado pelo historiador da arte Marcos Tadeu Ribeiro, a propósito do tombamento do CTA e lembrando a negativa do conselho ao tombamento do “não-excepcional” cinema de Volta Redonda. Para o historiador, a instituição deveria estudar o modernismo como amplo processo cultural de múltiplos desdobramentos e de presença em todo território nacional, não se restringindo a bens culturais de maior expressão na história da arte, e atentar para outras manifestações cuja necessidade de preservação é igualmente relevante e testemunham a abrangência nacional do modernismo, além de refletirem as suas “várias fases”.³⁷

Os tombamentos da Pampulha e, sobretudo, do município de Cataguases-MG, ambos de 1995, responderam, na medida do possível, a tais indagações. Na Pampulha, proteção solicitada pela Prefeitura de Belo Horizonte para as celebrações do centenário da cidade, atentou-se para seus espaços como memória e história da cidade. A poligonal de tombamento incluiu toda a Lagoa da Pampulha e o entorno, ampla área do bairro, com a sugestão da inclusão de bens no inventário do município. Em Cataguases, a proposta de tombamento feita em parceria pelas regionais do Iphan de Minas e de São Paulo, buscou contemplar o “sentimento moderno” presente na trama urbana, nos edifícios de autores consagrados, nas obras de arte e também naquilo que Antônio Luís Dias de Andrade chamou de “arquitetura moderna vernacular”.

Para reduzir o risco de dar sentido apenas às obras de autores consagrados, o que não abarcaria a extensão do legado do movimento moderno na cidade, a poligonal de tombamento tratou o problema na sua dimensão urbanística. O “caráter inconcluso” da cidade como “lugar de modernidade” foi contemplado no conceito de centro histórico proposto pelo arquiteto e corroborado pelo conselheiro-relator Ítalo Campofiorito.³⁸

Já o tombamento de Brasília, feito durante a gestão de Campofiorito como presidente do Iphan, foi a já conhecida tomada de posição em favor da manutenção das obras de arte do século XX. Brasília, como artefato urbano, deveria ser

36. Simone Scifoni, *Op. cit.*, 2007, p. 101.

37. Iphan, *Processo de tombamento n. 1445-T-99, Conjunto de edificações projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer para o Centro Tecnológico da Aeronáutica, São José dos Campos-SP.*

38. Cecília Rodrigues dos Santos e Cláudia Freire Lage, “Cataguases: patrimônio da modernidade”, 2005; Iphan, *Processo de tombamento, n. 1342-T-94, Cataguases-MG: conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico.*

FIGURA 3

Mapa com a poligonal de tombamento da Pampulha proposta pelo IPHAN.

Fonte: Iphan, Processo de tombamento n. 1341-T-94, Pampulha: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, Belo Horizonte-MG.



mantida para as gerações futuras por ser a realização máxima da arquitetura e, principalmente, do urbanismo nacional. A valoração de Brasília no Iphan teve início na gestão de Aloísio Magalhães quando criou-se o “Grupo de Trabalho para a Preservação de Brasília” para a candidatura da cidade como Patrimônio da Humanidade, o que aconteceu em 1987.³⁹ Destaque-se que a preservação fundamentou-se nas preocupações do autor do projeto com a manutenção de sua integridade ameaçada no início dos anos 80 por movimento em favor do adensamento e da mudança de escalas. Ao tombar Brasília, sobretudo seguindo das orientações do autor do projeto, o Iphan tomava partido na discussão e defendia as realizações do moderno como monumentos nacionais. Inicialmente, o GT-Brasília dava atenção especial ao Plano Piloto propondo uma “preservação dinâmica”, partindo do entendimento da cidade como organismo vivo, cujo projeto urbanístico ainda estava em fase de implantação. Lucio Costa, externando ao presidente do Iphan suas preocupações com a eficácia da proposta para manter a cidade imune a inovações e modismos, sugere a proteção de Brasília nas suas quatro escalas: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. O documento final do Iphan estabelece a manutenção dos gabaritos e do parcelamento e uso do solo vigentes e corrobora a sugestão de tombamento feita por Lucio Costa.⁴⁰

Considerações Finais

A preocupação com a autenticidade e integridade das obras do movimento moderno, os critérios de seleção fundamentados na historiografia e nos saberes técnicos dos arquitetos e a valoração das obras monumentais foram referência nos tombamentos do Iphan. Os arquitetos das instituições de pa-

39. Iphan, Processo de tombamento, n. 1305-T-90, Brasília-DF: Conjunto urbanístico.

40. Iphan, Processo de tombamento, n. 1305-T-90, Brasília: Conjunto urbanístico.

patrimônio no papel também de herdeiros da tradição, garantiam a integridade dos vestígios materiais da narrativa arquitetônica nacional e os tombamentos produziam a história.⁴¹

A valoração do movimento moderno no Iphan tendeu à perpetuação das práticas do “velho patrimônio”. A articulação discursiva dos arquitetos modernos da repartição,⁴² liderados por Lucio Costa, foi assaz poderosa e prenhe. A hegemonia construída pela ação inicial do Iphan foi tornada memória social, como mostra Lia Motta, e fixou, na lembrança dada, imagem tradicional de patrimônio. Mesmo com tantas transformações, os arquitetos dos órgãos de patrimônio ou fora deles buscaram representar o Brasil conforme idealizado por meio da atribuição estética e de características nacionais às construções identificadas, mesmo que não fossem exatamente coloniais.⁴³ A escolha dos tempos de Rodrigo M. F. de Andrade pela construção “heroica” do patrimônio legitimou a preservação cultural no Brasil fundando a prática para a atuação presente e estabeleceu a imagem e os modelos para tal, os quais persistem, malgrado as mudanças políticas, sociais e patrimoniais transcorridas desde então. O que significa dizer que se associa, ainda hoje, a preservação ao tombamento, e a monumentos selecionados tendo por base critérios estético-estilísticos.⁴⁴ As consideráveis transformações que estão em curso, mudando efetivamente o perfil do patrimônio nacional, como as políticas do patrimônio material, imaterial e da paisagem cultural, são fruto de longo, lento e não linear processo de oposição, aceitação e mutação dos modelos estabelecidos nos anos 40 e 50.

Ao se ligar, por meio da história da arquitetura, os tempos do colonial com o do moderno, esse assumia o valor de obra de arte, atemporal e digno de preservação, coerente com a opção pelo monumental e excepcional. Conscientes nos anos 80 da historicidade dos anos 40 e 50, os técnicos das instituições de patrimônio, estudiosos e conselheiros entrelaçaram narrativas da história com a do patrimônio, perpetuando para as gerações futuras aquilo que se consagra como “boa arquitetura”.

Limites conceituais e práticos impuseram-se frente às ampliações do patrimônio nos anos 60 e 70 e a arquitetura moderna não foi fronteira conquistada. As intenções de mudanças nas políticas patrimoniais, seja nos órgãos estaduais, seja em esfera federal, foram proximamente acompanhadas da continuidade do pensamento patrimonial há anos estabelecido, havendo significativo distanciamento entre as intenções de transformação e as ações levadas a termo, fruto das cristalizações dos conceitos de patrimônio. Se cumprira aos órgãos estaduais zelar pelos valores regionais, nos processos que envolveram a arquitetura moderna eles nem sempre foram abrigados, já que se favoreceu a prote-

41. Adriana Lucena, *O IPHAN e a construção do patrimônio moderno brasileiro*, 2008.

42. Lauro Cavalcanti (org.), *Modernistas na repartição*, 2001.

43. Lia Motta, *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural, 1975 a 1990*, 2000 p. 18-19.

44. Idem.

ção às obras excepcionais e dos grandes mestres do movimento, nacionalmente reconhecidas. Em poucos casos, como no Cine 9 de abril, de Volta Redonda e na Casa Modernista, a arquitetura moderna foi apropriada pela população e gerou pedidos de proteção que foram valorados como tais. Em menor número comparecem edificações fora do escopo consagrado pela vertente corbusiana da arquitetura brasileira, como nos tombamentos dos edifícios art déco de Goiânia, do Elevador Lacerda, em Salvador e dos edifícios do Estado Novo, no Rio de Janeiro.

Os tombamentos, que poderiam também subverter a história contada e eles mesmos inserirem novas arquiteturas na narrativa, também não cumpriram esse papel. Numa primeira fase de atuação do Iphan, até os anos 60, os tombamentos se realizaram *pari i passu* à escrita da história. Após os anos 80, o Iphan, acompanhado dos órgãos estaduais de preservação como Inepac e Condephaat sacramentou como patrimônio cultural aquilo que já se aprendera e se reconheceu como tal. Os bens culturais modernos inscritos serviram também como prova histórica das realizações artísticas brasileiras do século XX. As razões do silêncio e da invisibilidade de certos exemplares da arquitetura e do urbanismo brasileiros estão fincadas na história da arquitetura brasileira e na dinâmica das atribuições de valor do patrimônio cultural brasileiro. Relações complexas, enraizadas nas práticas culturais, na escrita da história e nas tentativas de transformação patrimonial, que aparecem ora entrelaçadas, ora apartadas.

Referências

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. **Estado completo que jamais pode ter existido**. Tese (Doutorado) FAUUSP. São Paulo, 1993.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de.; SANTOS, Cecília Rodrigues dos. "Inventário da arquitetura moderna". In: MOTTA, Lia; RESENDE, Maria Beatriz. **Inventários de identificação**. Rio de Janeiro: Iphan, 1998.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões**. São Paulo: Editora 34, 2004.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

CAVALCANTI, Lauro (org.). **Modernistas da repartição**. Rio de Janeiro: Iphan/EdUFRJ, 2001.

_____. **As preocupações do belo**. Rio de Janeiro: Taurus, 1995.

_____. **Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CERÁVOLO, Ana Lucia. **Interpretações do patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60**. Tese (Doutorado), EESC-USP. São Carlos-SP, 2010.

COSTA, Lucio. "Documentação necessária, 1937". In: COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

_____. "Depoimento de um arquiteto carioca, 1951" In: COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. "Alois Riegl e 'O culto moderno dos monumentos'", **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n° 2, pp. 6-16, maio/out. 2006.

_____. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan**. Tese (Doutorado) FAUUSP. São Paulo: 2010.

CARDOSO, Anna Beatriz Ayroza Galvão. "Warchavchik: uma arquitetura a ser preservada". **REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO - RUA**, Salvador: Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, v.1, n.1, pp. 73-88, dez. 1988.

GONÇALVES, Cristiane. **Experimentações em Diamantina. Um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938-1967**. Tese (Doutorado) FAUUSP. São Paulo: 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002.

GORELIK, Adrian. **Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

IAB-RJ/ PROJETO EDITORES. **II Inquérito Nacional de Arquitetura/ Depoimentos**. Rio de Janeiro: Projeto, 1982.

LEONÍDIO, Otavio. **Carradas de Razões. Lucio Costa e a Arquitetura Moderna Brasileira**. Rio de Janeiro: PUC-RJ / Edições Loyola, 2007.

LIRA, José Tavares Correia de. "Arquitetura, historiografia e crítica operativa nos anos 1960". In: SEGRE, Roberto et al. **Arquitetura+arte+cidade: um debate internacional**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2010.

_____. "Do outro lado do projeto: Reflexões para o desenho da história". **Seminário Ensino de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo. Anais do Seminário Ensino de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAU-USP, 2007. pp. 85-97.

_____. **Warchavchik: fraturas da vanguarda**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

LISSOVSKY, Maurício; Paulo Sérgio Moraes de Sá (orgs). **Colunas da educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945)**. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, 1996.

LUCENA, Adriana. "O IPHAN e a construção do patrimônio moderno brasileiro". Artigo produzido como produto de pesquisa do **Programa de Especialização em Patrimônio (PEP)**. IPHAN/9ª Superintendência Regional/SP, 2008.

MACEDO, Danilo Matoso. **Da matéria à invenção: as obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais, 1938-1955**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008.

MARTINS, Carlos. "Hay algo de irracional..." *Block*, Buenos Aires, n. 4, pp. 8-22, dez. 1999.

_____. "Introdução: Gregori Warchavchik: combates pelo futuro". In: WARCHAVCHIK, Gregori. **Arquitetura do século XX e outros escritos: Gregori Warchavchik**. Organização Carlos Alberto Ferreira Martins. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

_____. "Trama historiográfica e objeto moderno", Entrevista concedida a Julyane Poltronieri e Maíra Piccolotto. *Desígnio*, São Paulo, nº 11/12, mar. 2011.

_____. **Arquitetura e Estado no Brasil. Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil; a obra de Lúcio Costa 1924/1952**. Dissertação (Mestrado) FFLCH/Unicamp. São Paulo, 1987.

MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural, 1975 a 1990**. Dissertação (Mestrado) Memória Social e Documento UniRio. Rio de Janeiro: 2000.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural**. Tese (Doutorado) FAUUSP. São Paulo: 2011.

PESSÔA, José. "Introdução: o que convém preservar". In: PESSÔA, José (org.). **Lucio Costa: documentos de trabalho**. Rio de Janeiro: Iphan, 1999.

_____. "Brasília e o tombamento de uma ideia". In: **Anais do 5º Seminário DOCOMOMO-Brasil**. São Carlos: SAP/ EESC/USP, 2003. CDROM 2003.

_____. “Cedo ou tarde serão consideradas obras de arte”. In: PESSÔA, José; VASCONCELLOS, Eduardo; REIS, Elisabete; LOBO, Maria (orgs). **Moderno e nacional**. Niterói, EdUFF, 2006.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1937-1991**. Dissertação (Mestrado) Departamento de Antropologia. Campinas, 1991.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos & LAGE, Cláudia Freire. “Cataguases: patrimônio da modernidade”. **Vitruvius - Arquitectos**, São Paulo, n. 53, texto especial 273, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitectos/arq000/esp273.asp>>. Acesso em: set. 2006.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. Tese (Doutorado) Geografia Humana FFLCH/USP. São Paulo, 2006.

TINEM, Nelci. **O alvo do olhar estrangeiro: o Brasil na historiografia da arquitetura moderna**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

THOMPSON, Analucia (org.). **Memórias do patrimônio. Entrevista com Judith Martins**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009.

URIBARREN, Maria Sabina. **A atuação da “Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares históricos da Argentina” entre 1938 e 1946**. Tese (Doutorado) FAUUSP. São Paulo, 2008.